

# Política externa

■ Carlos Conde

## O documento da dívida externa

No final da noite de sexta-feira recebi uma chamada telefônica de Buenos Aires. Era um jornalista argentino informando-me que estava recebendo retoques finais o grito comum da América Latina a respeito da dívida externa. Apesar do final de noite o jornal do meu amigo e alguns outros estavam abertos, esperando que o documento recebesse concordância geral e pudesse ser divulgado.

O documento aguardava quatro assinaturas oficiais: as de Argentina, Brasil, México e Colômbia, países que no subcontinente possuem dívidas externas consideráveis e, unidos pela desgraça, estão em busca de caminhos comuns, respeitadas as respectivas peculiaridades. Na quinta-feira, ouvindo o presidente Raúl Alfonsín em Bariloche, o jornal *La Nación* avançara um pouco sobre o tema e era natural que tivesse despertado o interesse de seus concorrentes. Por isso, no final da noite de anteontem a imprensa argentina dedicava-se a uma bem competitiva corrida em favor da informação. Toda ela estava de olhos e ouvidos voltados para o Palácio San Martín, sede da chancelaria, de onde poderia surgir a notícia de que o documento dos chamados quatro "grandes" recebera aprovação geral.

Na mesma hora corria a indicação, em Buenos Aires, de que uma fórmula definitiva para o documento estaria sendo dificultada por causa do que se considerava a "extrema cautela" do ministro Saraiwa Guerreiro, que de Brasília negociava em nome do Brasil. Informava-se que a idéia era dar ao documento um tom bem forte, mas o Itamaraty tentava amenizar esse tom. A Colômbia também estaria oferecendo resistência a um dos pontos do paper.

No caso brasileiro, a especulação corrente na capital argentina não se confirmou. O ministro Guerreiro gosta de moderação, mas no episódio não chegou a fazer recomendação especial a esse respeito. Já havia concordâncias bastante generalizadas entre os quatro países a respeito do documento e o Brasil não pretendia representar um obstáculo à sua divulgação. Ao que se sabe, nenhuma das versões então em exame

proporia uma linha de declaração radical, a ponto de merecer reparos do Itamaraty. A Colômbia, igualmente, não desejava opor qualquer tipo de resistência a um modelo de documento que, representando a média, expresse os pontos de coincidência entre argentinos, mexicanos, venezuelanos e brasileiros.

O documento, afinal divulgado ontem, a rigor não oferecia dificuldades maiores para aprovação. Ele tornou-se natural na medida em que alguns dos principais países da América Latina, por seus próprios erros e pela contribuição de uma conjuntura mundial nefasta, se viram a braços com problemas sérios de dívida externa. A soma das quatro mencionadas dívidas seria suficiente, se não bem administrada, para causar alguns abalos no mercado financeiro internacional. Todos, assim — os países devedores, os bancos privados e algumas potências — procuram achar a luz no fim do túnel.

As regras internacionais seguem perver-sas. Os países do Terceiro Mundo têm lutado em vão para tornar a conjuntura econômica mundial mais justa. O Norte é intransigente e tem poder político, econômico e militar para impor seu jogo. O Sul grita e tenta unir-se. No caso da América Latina existe uma tendência para institucionalizar essa união e dirigir adequadamente esse grito.

Na importante conferência econômica de Quito foi dado um passo de destaque em função dessa estratégia. Há uma semana, com a elevação da taxa de juros nos Estados Unidos, o tema voltou a ser agitado. Por inspiração do Itamaraty, o governo Figueiredo emitiu uma nota de protesto. O presidente mexicano Miguel de La Madrid fez uma firme declaração ainda no aeroporto, retornando de viagem ao Canadá. E Argentina e Colômbia também reagiram com firmeza.

Quando isso ocorreu os chanceleres dos quatro países já vinham trocando idéias a respeito de um documento que consolidasse posições e apresentasse idéias capazes de serem assumidas por todos eles. A vinda a Brasília do chanceler argentino Dante Caputo, no início desta semana, estimulou a retomada do tema. Ele examinou o assunto com o chanceler Saraiwa Guerreiro e, depois, com o presidente João Figueiredo. Foi estimulado ao entendimento.

O documento é mais político. Os argumentos econômico-financeiros têm sido expostos exaustivamente e em todos os seus ângulos. A hora é de mostrar, sob uma visão política, a gravidade de que se reveste o problema da dívida externa, os ônus que ele cria e os perigos a que expõe os países em débito e todo o sistema. É mais um alerta, que os países do Norte e os bancos privados deveriam finalmente ouvir.